

Senado Federal

GRAMPO

Depois de desistir da presidência de uma das mais importantes comissões do Congresso, senador baiano depende agora do que dirá a PF. Se ele não for responsabilizado no inquérito, dificilmente enfrentará processo no Conselho de Ética

Corrida de obstáculos para salvar mandato

Denise Rothenburg
e Rudolfo Lago
Da equipe do Correio

Osenador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) atravessa hoje uma verdadeira corrida de obstáculos para tentar preservar seu mandato. Depois de saltar o primeiro, desistindo de concorrer à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, volta-se ao segundo: o inquérito que a Polícia Federal abriu para apurar quem grampeou os telefones dos políticos de oposição ao governo da Bahia e também o de pessoas que já tiveram relacionamento pessoal com o senador, caso da advogada Adriana Barreto. Ela já declarou às revistas de maior circulação no país ter vivido um romance com o senador e, como não quis mais o relacionamento e casou-se com advogado Plácido de Castro, teve os telefones grampeados. Adriana é hoje, segundo amigos do senador, o único vínculo pessoal de Antonio Carlos com os grampos ilegais. E o maior obstáculo.

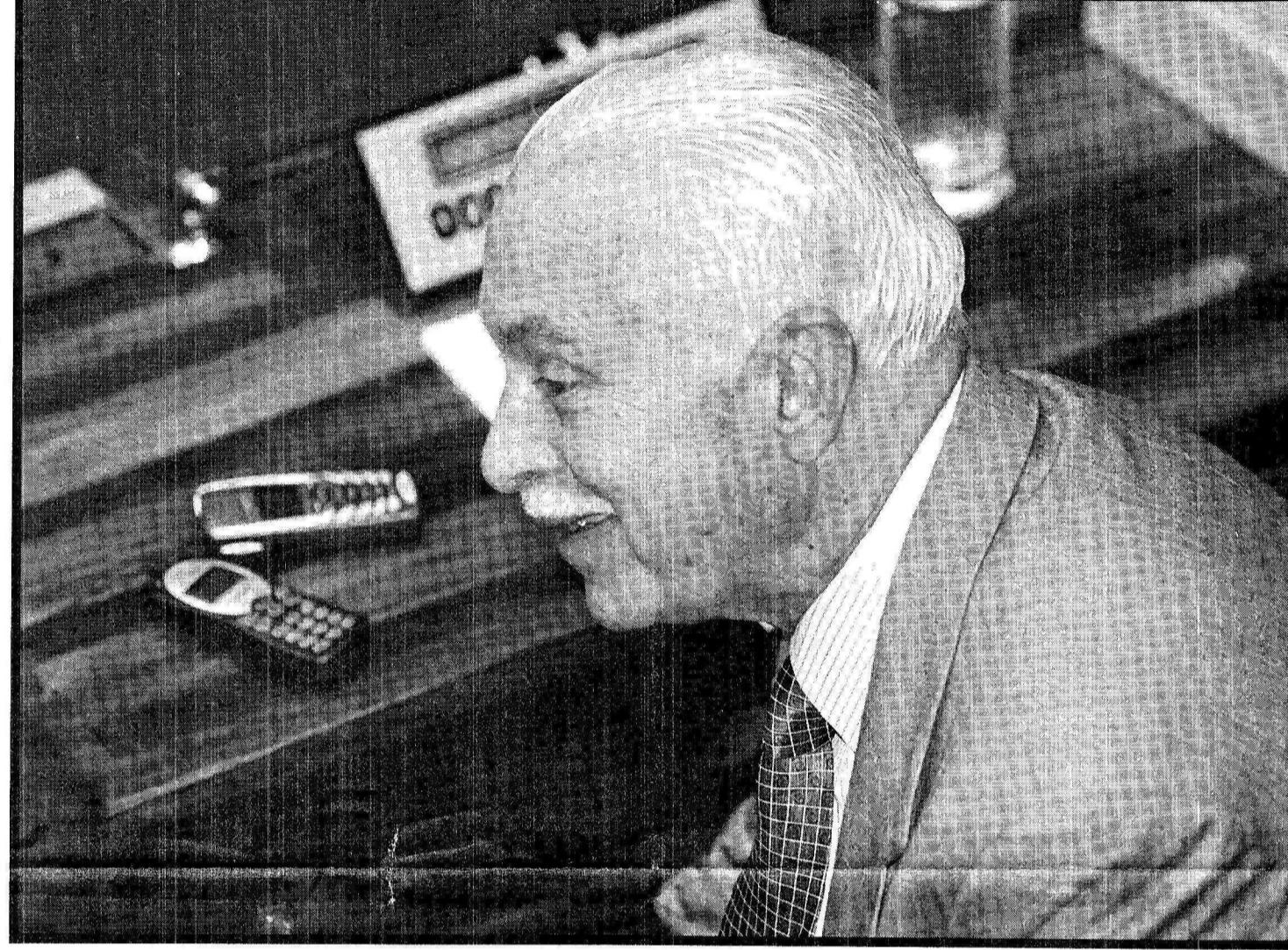
Em Brasília, os senadores entram em compasso de espera. Nada será feito contra o senador baiano enquanto o inquérito da Polícia Federal não apontar quem foram os responsáveis pelas escutas telefônicas que captaram conversas de políticos como o líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), o ex-líder do PMDB Geddel Vieira Lima (BA) e o deputado Benito Gama (PMDB BA). Nos três casos, os relatórios de especialistas confirmaram o monitoramento dos telefones. "Se a PF disser que houve a participação do senador, o Conselho de Ética vai investigar. Senão, pára por aí", comentou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que terminou como o mediador da reunião dos petistas e representantes de partidos aliados ao governo Luiz Inácio Lula da Silva ontem pela manhã.

Na reunião, a senadora Heloísa Helena queria pedir ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar já começasse a investigar a participação de Antonio Carlos no episódio das escutas telefônicas. Já o líder do PT, Tião Viana (AC), ponderou que isso seria uma precipitação, uma vez que uma investigação paralela no Congresso poderia criar animosidades por parte do PFL, antes mesmo da Polícia Federal se pronunciar sobre o caso. Optou-se então pelo meio termo: pedir ao Conselho que apenas acompanhe o inquérito da PF na Bahia. Mas o presidente do Conselho, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MT), ainda não sabe se mesmo esse trabalho o conselho fará. "Cabe à Mesa Diretora da Casa dizer se devemos mesmo acompanhar ou arquivar o pedido", disse Fonseca.

A decisão da Mesa deve ser tomada ainda hoje. O fato do requerimento chegar ao Conselho não representa, no entanto, a abertura de um processo formal contra Antonio Carlos e nem acusação direta a qualquer senador. Tanto é que seu nome sequer é citado no pedido (*leia quadro*).

O PFL respirou aliviado com o freio do assunto dentro do Senado. "Esse assunto do grampo deu uma murchada", comentou o líder do PFL, José Agripino (RN). No PFL, no entanto, comenta-se que tudo dependerá da força do inquérito produzido pela Polícia Federal. Se o inquérito vier a apontar a responsabilidade de ACM, o PFL não afundará junto com o senador. Na memória de todos, há o caso do hoje deputado Jader Bar-

Fotos: Jefferson Rudy



ANTONIO CARLOS NA PRIMEIRA SESSÃO DO MANDATO: DE NOVO, PODE SER PROCESSADO POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

MINISTRO EVITA O CELULAR

Falar pouco e jamais revelar detalhes de medidas do governo em conversas telefônicas, seja pelo celular ou por aparelho fixo. Essa é a norma adotada pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que precisa ser cada vez mais cauteloso diante da velha fórmula da espionagem, a escuta telefônica. "Eu nunca falei ao telefone além do necessário. Eu uso muito pouco celular hoje em dia. Praticamente não atendo mais o celular", contou Dirceu.

balho (PA) e os prejuízos que causou ao PMDB.

JURANDO INOCÊNCIA

Enquanto isso, ACM vai trabalhando para desanuviar o clima político desfavorável a ele. Aos

colegas de Senado, ACM tem jurado nada ter a ver com o caso do grampo. Na Bahia, trabalha-se para tentar responsabilizar apenas os policiais e funcionários envolvidos pelos abusos e ilegalidades cometidas no caso das gravações (*leia ao lado*). O senador hoje está nas mãos de Adriana Barreto e seu marido. Se os dois repetirem à polícia o que disseram às revistas *Veja* e *Época* nas edições desta semana, acrescentando ainda outras provas e novas testemunhas, a situação do senador ficará muito complicada. De acordo com políticos ligados ao senador, ele está buscando demover Adriana do propósito de depor no mesmo tom das entrevistas. Sabe que ela é o principal elo a ligá-lo ao grampo.

Assim como os senadores, os deputados também estão de olho no inquérito da Polícia Federal, que pode se tornar uma pedra no sapato de Antonio Carlos. Os caciões do próprio partido de Antonio Carlos, o PFL, garantem em conversas reservadas que o inquérito é o maior obstáculo. Dizem que, se as investigações policiais detectarem algum indício da participação do senador baiano como mandante da escuta, Antonio Carlos não terá a ajuda do partido para continuar pulando obstáculos.

Hoje, ACM irá ao jantar que o presidente da Casa, senador José Sarney (PMDB-AP), oferecerá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Agripino promete chegar acompanhado do próprio Antonio

Carlos que irá cumprimentar Lula, a quem apoiou no segundo turno da eleição presidencial contra José Serra (PSDB-SP).

Mas a presença dos pefehistas

no jantar será apenas protocolar.

Ontem, o partido aproveitou o dia

para marcar seu pé na oposição.

De olho nos votos da classe média,

Bornhausen promete defender os

interesses dessa parcela da popula-

ção no Senado e criticou a ausência

dos projetos do governo pa-

ra as reformas.

Na Câmara, a idéia de criar uma

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) proposta pelo deputado Raul Jungmann (PMDB-PE) para investigar o caso ganhou novo fô-

lego. Em um só dia, o pedido de

CPI obteve 81 assinaturas. Houve

uma corrida para assinar o docu-

mento depois que os deputados

começaram a receber e-mails e fax

em seus gabinetes com eleitores

reclamando de um suposto acerto

entre o Palácio do Planalto, o PT e

o presidente do Senado, José Sar-

ney, para livrar ACM de um pro-

cesso interno. É a máxima de Ibsen Pinheiro, que, cassado, acabou

vítima dela: "O que o povo quer, o

Congresso acaba querendo".

A CPI, no entanto, ainda é o me-

nor problema de Antonio Carlos.

Para ser instalada, precisa entrar

na fila dos pedidos. O próprio líder

do PT, Nelson Pellegrino, um dos

grampeados, ainda não acredita

na instalação. "A CPI é uma salva-

guarda. Se o inquérito policial en-

contrar os mandantes, os benefi-

cários e os executores do grampo,

não há porque instalar CPI", afir-

mou Pellegrino.

Assim como os senadores, os

deputados

também estão de olho

no inquérito da

Policia Federal,

que pode se tornar uma pedra

no sapato de Antonio Carlos.

Os caciões

do próprio parti-

do

Antonio Carlos, o PFL,

garantem em

conversas reser-

vasas que o inqué-

rito é o maior ob-

stáculo. Dizem

que, se as investi-

gações polici-

ais detectarem al-

gunho indício da

participação do senador baiano como

mandante da es-

cuta, Antonio Car-

los não terá a ajuda

do parti-

do

Antonio Carlos

e o PFL

para con-

tinuar pulando ob-

stáculos.